

A DINÂMICA DA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO NO QUILOMBO CAFUNDÓ.

LA DINÂMICA DE LA CONSTRUCCIÓN DE TERRITORIO DEL QUILOMBO CAFUNDÓ.

THE DYNAMICS OF CONSTRUCTION IN THE TERRITORY OF CAFUNDO QUILOMBO

Lucas Bento da Silva

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus

Presidente Prudente – SP – 2007/2011.

E-mail: quilombonoticias@gmail.com

RESUMO

Esta análise de caso é um esforço de reflexão, compreensão, contextualização e práxis da Dinâmica da Construção do Território no Quilombo Cafundó. A formação territorial do Quilombo Cafundó e das comunidades tradicionais é reflexo das disputas e conflitos territoriais que configuram uma luta intensa por terra e por território. Tais conflitos locais são vivenciados entre posseiros, grileiros, empresas privadas, Estado e quilombolas. A disputa por esse território é tão complexa que exige dos quilombolas a reinvenção política do seu modo de vida, construindo experiências que façam contraposição concreta ao modelo capitalista de monocultura, concentração fundiária e degradação ambiental. Além disso, há a problemática racial advinda dos fatos históricos e atuais que relegou os negros a lugares sociais marginalizados no Brasil. Sendo assim, realizou-se uma reflexão crítica do processo de formação territorial do Cafundó, a partir da concepção geográfica, que não restringe o entendimento de território apenas ao espaço físico, incluindo outros elementos como os históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: *quilombo, território, conflito, meio ambiente, identidade.*

RESUMEN

El presente análisis de caso es un esfuerzo de reflexión, comprensión, contextualización y práxis de la dinámica de la construcción de territorio del Quilombo Cafundó. La formación territorial del quilombo Cafundó y de las comunidades tradicionales refleja las disputas y conflictos territoriales que se configuran en una lucha intensa por la tierra y por el territorio. Tales conflictos en el quilombo de Cafundó son vividos entre personas que no tienen título de las tierras donde viven, ocupantes de tierras públicas, empresas privadas, Estado y los quilombolas. La disputa por el territorio del quilombo de Cafundó es tan compleja que exige de los quilombolas la reinvencción política de su modo de vida, construyendo experiencias que se contraponen concretamente al



modelo capitalista de monocultura, la concentración de grandes extensiones de tierra y la degradación ambiental. A pesar de ello, existe la problemática racial devenida de hechos históricos y actuales que relegó a los negros a lugares marginalizados en Brasil. Siendo así, se realizó una reflexión crítica del proceso de formación territorial de Cafundó, a partir de la concepción geográfica que no restringe el entendimiento del territorio apenas al espacio físico, incluyendo otros elementos como históricos, sociales, políticos, culturales y económico .

PALABRAS-CLAVES: *quilombo, territorio, conflicto, medio ambiente, identidad.*

ABSTRACT

This case study is an effort of reflection, understanding, and practice of contextualization Dynamic Construction of the Quilombo Territory Outback. The formation of territorial Quilombo Outback and traditional communities is a reflection of disputes and territorial conflicts that shape an intense struggle for land and territory. Such conflicts are experienced between local squatters, squatters, private companies, state and maroon. The dispute over that territory is so complex that it requires the reinvention of politics Maroons their way of life, building experiences that make concrete opposition to the capitalist model of monoculture, land concentration and environmental degradation. Moreover, there is the issue of racial arising historical facts and current which relegated blacks to marginalized social locations in Brazil. Thus, there was a critical reflection of the formation process of territorial Outback, from the geographical design, which does not restrict the understanding of territory only to physical space, including elements such as the historical, social, political, cultural and economic.

KEYWORDS: maroon, quilombo, territory, conflict, environment, identity.

1 INTRODUÇÃO

A formação histórica do território do Quilombo Cafundó inicia-se com a doação das terras, em meados do século XIX, pelo senhor de escravos Joaquim Manuel de Oliveira a Joaquim Manuel de Oliveira Congo – trazido da África para o Brasil como escravo em 1840, aos doze anos de idade, para trabalhar na fazenda de Joaquim Oliveira. Tais doações eram “reservadas para alguns escravos eleitos do senhor, no medo que o senhor tinha de pagar numa outra vida os sofrimentos infligidos aos escravos nesta, na compra de indulgências por parte da escrava na cozinha, ou até mesmo na cama do senhor” (VOGT; FRY, 1996, p. 69).

Nos séculos anteriores ao XIX, eram incomuns estas doações de terra conjuntamente à alforria, tendo sido apenas uma minoria de escravizados “beneficiados” desta forma. Estas doações eram concretizadas em testamentos e efetivadas após a morte dos senhores. Para os escravizados, a permanência nas terras possibilitaria a continuidade de um modo de vida que construíram nos territórios em que foram estabelecidos, com suas culturas e costumes tradicionais. Segundo

Almeida (2008, p. 3): “O território incorpora a identidade coletiva”, o que também fortalece as lutas pelo espaço ou território de resistência.

Neste sentido, os quilombolas do Cafundó têm como origem esse processo citado, mas observa-se que no Brasil houve outras formações de Quilombos, não apenas através de doações dos senhores de terras às famílias dos escravizados, mas também através da compra de terra pelos mesmos. É o caso, por exemplo, do Quilombo Júlia Mulata, localizado no Município de Luislândia, na região norte do Estado de Minas Gerais, que teve seu território formalmente comprado em 1947¹, pelo o alforriado Júlio Mulato. Tal território comprado era de 780 h. restando atualmente apenas 2%, já que o restante do seu território foi espoliado.

Dessa forma, entende-se que os Quilombos não foram apenas movimentos de resistência e rebeldia, como o senso comum e alguns teóricos da historiografia registram. Nesse sentido, a partir da Lei de Terras de 1850, se observa que no território brasileiro só se facilitou o plano dos grandes fazendeiros de registrar terras griladas, na maioria das vezes ocupadas por negros, indígenas, camponeses e outros.

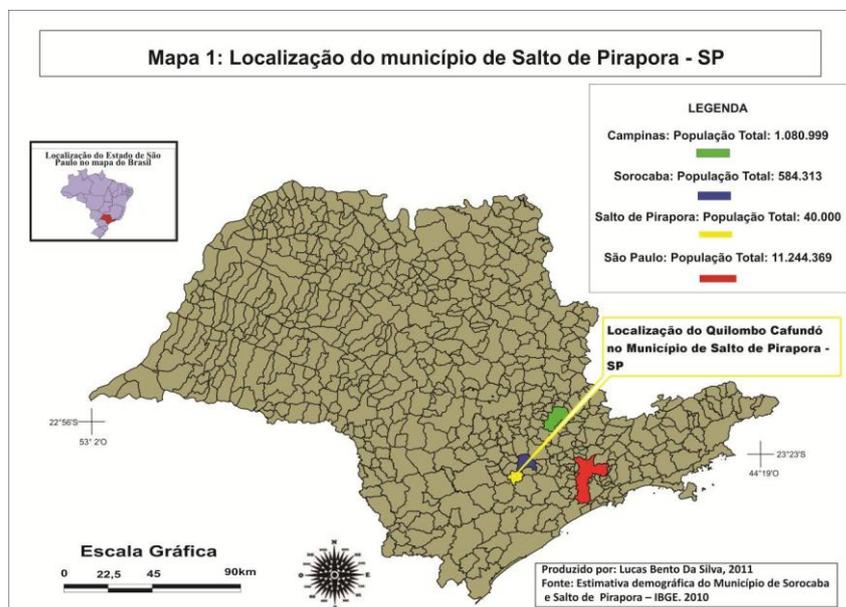
Nesse processo, alguns fazendeiros vão se deslocando para outros Estados, além dos seus de origem, concentrando enormes extensões de terra e formando imensos latifúndios. Tais leis só legitimavam os interesses da elite hegemônica desse período, dificultando o acesso à terra aos negros, índios e camponeses. Segundo José de Souza Martins:

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumental legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso. (MARTINS, 1998, p. 59).

No estado de São Paulo, como em outras regiões do Brasil, os territórios quilombolas foram se espacializando de formas diversas, antes ou depois da Lei Áurea de 13 de Maio de 1888, que “dava fim à escravização negra”. O Cafundó, especificamente, se formou depois da Lei de Terras de 1850, a partir 1877. Está localizado na região de Sorocaba, sudoeste do estado de São

¹ Contexto relatado no 1º Tabelião e Oficial do Registro de Imóveis de Brasília de Minas, Livro 16, fls 4; 1º Região Norte do Estado de Minas Gerais.

Paulo, no município Salto de Pirapora (como mostra o Mapa 1), e se insere na complexa questão fundiária no Brasil, posto que a doação das terras para a família de Joaquim Manuel de Oliveira Congo nunca foi respeitada pelos parentes do doador e grileiros da região.



O território do Cafundó, atualmente dividido em quatro áreas, apresenta uma complexidade fruto do processo de grilagem sistemática, com ênfase a partir de 1960, momento a partir do qual se analisam aqui os conflitos e a violência. Esse processo de negação das terras de quem realmente é dono, como os quilombolas, indígenas e outros, se contextualiza em um processo de exclusão étnico-racial, social e histórica, que faz refletir sobre as categorias presentes no processo histórico de exclusão social no Brasil.

2 METODOLOGIA

A metodologia de análise aplicada neste artigo sobre o Quilombo Cafundó se deu coletivamente com os quilombolas, com objetivo de analisar os fatos que ocorreram e ocorrem em seu território. Para situar tal contexto, foi realizado um trabalho de campo baseado em entrevistas com as lideranças quilombolas, com equipe técnica da Coordenadoria de Assistência Técnica

Integral - CATI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, e reuniões na Fundação Cultural Palmares - FCP, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP. Essas informações foram complementadas com levantamento bibliográfico entre periódicos, artigos e livros.

Além disso, este trabalho de campo se dá através de entrevistas com os quilombolas do Cafundó; com Carlos Henrique Gomes, da assessoria de quilombos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), sobre o contexto das terras analisadas; entrevista com Maurício Reis, Diretor de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, da Fundação Cultural Palmares (FCP), sobre os certificados de reconhecimento dos territórios quilombolas; entrevista com Givânia Maria da Silva, Coordenadora-Geral, da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – DF).

2.1 Localização e Histórico do Quilombo Cafundó

A formação do território do Cafundó provém das junções familiares dos negros (as) do Quilombo Caxambu com os negros (as) do Quilombo Cafundó e as extensões dos territórios eram grandes em meados do século XIX. Um dos territórios pertencia a Joaquim Manoel de Oliveira, que escravizou Joaquim Congo, Ricarda e seus filhos, Antônio e Ifigênia. Ricarda casou-se com Joaquim Manoel de Oliveira Congo em 1855, mas só depois do falecimento do Joaquim Manoel de Oliveira, em 1877 - e nove anos depois da sua morte - é que Ricarda, Joaquim Congo e seus filhos se tornaram donos do território do Cafundó.

As duas filhas de Ricarda e Congo, Ifigênia e Antônia, que ficaram morando com eles no Cafundó, deram origem às linhagens Almeida Caetano e Pires Pedroso. “Antônia casou-se com Joaquim Pires Pedroso, descendente de escravos e Ifigênia casou-se com Caetano Manoel de Oliveira, originário do Caxambu, localizado do outro lado do rio Sarapuí”. No contexto duas filhas de Ifigênia e Caetano casaram-se com dois irmãos do Caxambu. Trata-se dos casais: Maria Augusta, José Norberto Rosa de Almeida, Olívia e Antônio Norberto Rosa de Almeida, que ficaram morando no Caxambu até meados da década de 1940. (Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo Cafundó/salto de Pirapora: Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 1999, p.32).

Porém, grande parte do território do Cafundó, na década de 1940, já estava em processo sistemático de grilagem por grupos de latifundiários: “Ao longo dos anos, a partir das doações e na medida em que o valor das terras ia aumentando, o Quilombo foi sendo alvo da cobiça de fazendeiros vizinhos, que pouco a pouco ocupavam as áreas adjacentes” (Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo Cafundó/salto de Pirapora: Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 1999, p.54). Em alguns casos, os escravizados ficavam submetidos, pelo contexto do período, a trabalhar para aqueles que haviam se tornado ilegalmente proprietário das terras.

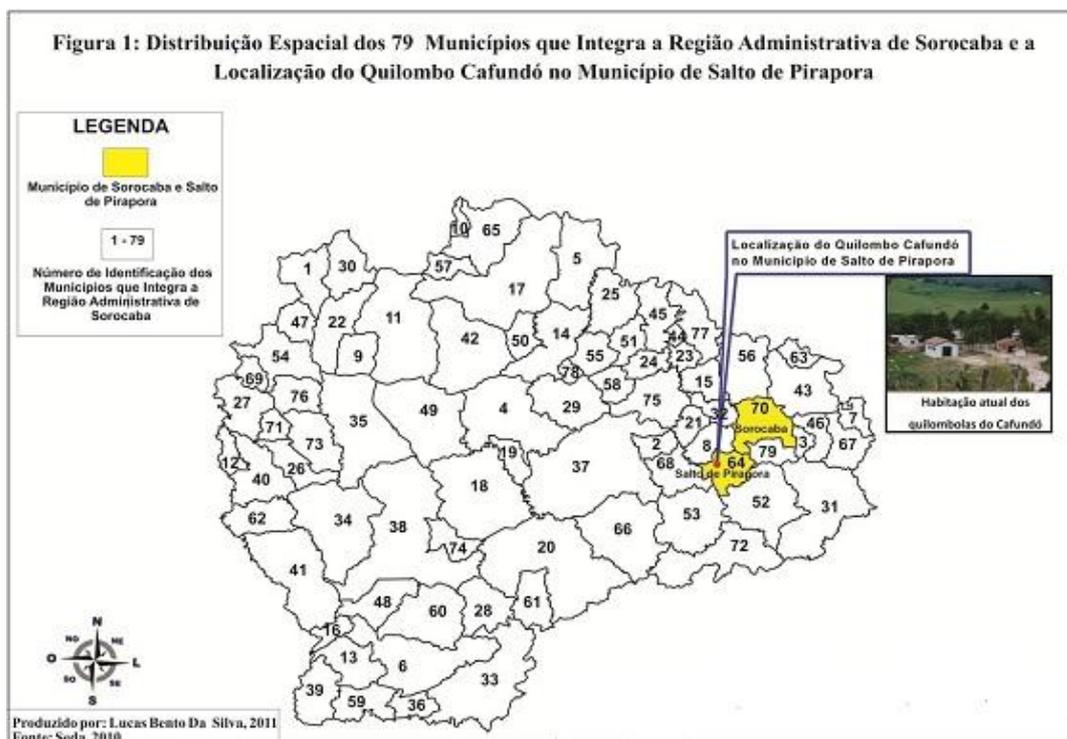
Algumas vezes, esta relação de subordinação se estabelecia sem que os quilombolas tivessem que abandonar completamente seu território. Os direitos ao território para os negros do Cafundó nunca foram respeitados por estes grupos de fazendeiros que já agiam progressivamente na região de Sorocaba, apesar de o território ser registrado junto aos cartórios e órgãos governamentais criados para esta finalidade.

Neste sentido, se constituiu um grupo que se perpetuou e construiu uma identidade frente à população regional, identidade esta baseada em valores e aspectos culturais que trazem a marca de sua ascendência africana, como a *cupópia*. A identificação com seu território foi responsável pela permanência das famílias no Quilombo. Os quilombolas do Cafundó mantêm um dialeto chamado *cupópia*, uma língua africana, derivada do banto, principalmente do quimbundo. “A *cupópia*, nome que se dá à mistura de três dialetos angolanos: o kikongo (falado no norte de Angola), o kimbundo (do centro do país) e o umbundo (do sul), um dialeto que resiste ao tempo apenas por meio da fala”. (Revista Terra, 03/2006).

O território se configura espacialmente a partir de formas múltiplas de resistência para mantê-lo. No entanto, os conflitos só aumentaram desde o momento da doação. Isso gerou a construção de uma identidade forte com seu lugar fundamentada em realizações materiais e imateriais. As famílias do Cafundó se diferenciam da população regional, em função de aspectos culturais, danças, dialeto e rezas que sempre foram elementos concretos na formação histórica do território. Hoje os desafios dos são complexos em função dos grupos e sujeitos envolvidos no contexto da disputa pelas terras e pelo território.

2.2 Contextualização do Quilombo Cafundó no Município de Salto de Pirapora

O município de Salto de Pirapora, onde se localiza o território do Quilombo Cafundó, se integra aos municípios da região administrativa de Sorocaba, como mostram a Figura 1. A extensão do território de Salto é de 281 km², o tipo de vegetação é Mata Atlântica e Salto de Pirapora é banhado pelo Rio Pirapora, de onde se originou o nome da cidade. “Na linguagem Tupi Guarani, Pirapora quer dizer Salto de Peixe”. Em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município de Salto tinha quase 40 mil habitantes. Sendo que o aumento entre 1991 e 2009 foi de 56,3%.



As mudanças ocorridas no território de Salto de Pirapora se integram numa seqüência histórica complexa, que abarca a expulsão sistemática dos índios, negros e camponeses de suas terras. O desenvolvimento de Salto faz parte de um processo desigual, de um sistema construído por grupos de lavradores, operários, grileiros, latifundiários e outros - em sua maioria, de ascendência européia.

As primeiras atividades que ocorreram nos séculos anteriores em Salto foram através de carros puxados por bois, que tinham como finalidade o transporte dos produtos agrícolas locais, tais como arroz, feijão e batatas para outras cidades do Estado de São Paulo. Observa-se também uma acelerada degradação ambiental, via desmatamento, fruto da dinâmica inicial ligada aos transportes de madeira, que vinham associados com a idéia do desenvolvimento, mas

desenvolvimento claramente desigual. Segundo o Diretor de Cultura do município e Salto de Pirapora,

Os primeiros habitantes em Salto eram os índios, depois vieram os Jesuítas, mesmo que por pouco tempo, à procura de ouro. Os portugueses e os negros trazidos do continente africano, e também de outras regiões do Brasil, como por exemplo, do Nordeste e Minas Gerais para trabalhar como escravos nas monoculturas das terras das casas grandes da região e os italianos no processo. As monoculturas que havia em 1818, conforme os interesses dos senhores eram café, chá, algodão e cana de açúcar, havia também quatro grandes engenhos de açúcar. (Entrevista com o Diretor de Cultura do Município de Salto de Pirapora, em 04/09/2010).

Nesse contexto, os grupos de portugueses e italianos em sua maioria foram se deslocando da cidade de São Paulo rumo à região sudoeste do Estado de São Paulo, se comportando como “bons cidadãos, que desbravavam as nossas matas e expulsavam o índio para lugares mais remotos” (AZEVEDO, 1987, p. 157). A principal fonte de riqueza por mais de três séculos no território brasileiro, e em Salto de Pirapora com ênfase no século XIX, foram os negros, que no período da escravidão, foram a “peça” fundamental da riqueza dos fazendeiros e latifundiários. Nesse sentido:

O principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada, isto é, tributo antecipado ao traficante de negros com base numa probabilidade de ganho futuro. O fazendeiro comprava a capacidade do escravo criar riqueza. De fato, a terra sem trabalhadores nada representava em termos econômicos; enquanto isso, independentemente da terra, o trabalhador era um bem precioso. (MARTINS, 1998, p.26).

A expansão do café e o crescimento da produção nas primeiras décadas do século XIX, no Estado de São Paulo, ocasionaram a vinda de muitos negros (as) de outros estados do Brasil e do Continente africano, como já foi colocado, para trabalhar na plantação e na colheita do café. Calcula-se que na região de Sorocaba havia, aproximadamente, em meados do século XIX “3.070 escravos.” (FILHO, 2000, p.29).

Esse fato foi extremamente significativo para a economia do café, porque no decorrer do processo houve algumas leis proibindo o tráfico negreiro e, conseqüentemente, uma intensa elevação no valor dos escravos, visto como mercadoria e não como ser humano. A região de Sorocaba e do Vale do Ribeira, onde se concentra o maior número de Quilombos do Estado de São Paulo, passou também por esse contexto, e precisou suprir as demandas dos crescentes territórios cafeeiros durante todo o século XIX:

O afluxo de escravos se daria mais continuamente à capitania paulista com a instalação da grande lavoura de açúcar pelo interior. O abastecimento desses elementos se faria através de sua entrada pelo porto do Rio de Janeiro, que substituíra rapidamente o porto de Santos nessa função. Antes das plantações de cana-de-açúcar serem substituídas pelo café, o seu predomínio foi elevado, principalmente em algumas áreas do oeste paulista. Campinas, por exemplo, se firmara como centro comercial, tanto da cana-de-açúcar, como de alimentos. Em várias regiões de São Paulo, podia-se observar a instalação de canaviais trabalhados pelos escravos. Porém é o café, de fato, o produto apontado como o responsável pela predominância da mão-de-obra escrava negra. (CARRIL, 1995, p. 53)

Outro aspecto preponderante observado durante o processo sócio-histórico dinâmico do território de Salto de Pirapora foi o tropeirismo – muitos tropeiros “iam ao sul do Brasil comprar tropas para revenderem na feira de muares de Sorocaba que se tornou muito conhecido em todo o país” (FILHO, 2000, p.28). Sendo assim, Salto vai se desenvolvendo e adquirindo feição de cidade, até que na década de 1950 do século XX se configura como município da região administrativa de Sorocaba.

Neste contexto, o que observamos e analisamos é que o desenvolvimento da cidade de Salto foi desde o início voltado para a extração desenfreada, na exploração de minério, como por exemplo: os “minerais não-ferrosos, metais preciosos, utilizados pelas indústrias metalúrgica e siderúrgica, também xisto argiloso 5”, como é extraído no Quilombo Cafundó pela Mineradora Ouro Branco, com a finalidade de fazer cimento. Nesse sentido, em 30 de dezembro de 1953, Salto de Pirapora se configura como município, a partir daí, economicamente segue a gênese da industrialização baseada na extração e industrialização dos minérios.

A gênese da industrialização e as remodelações do território de Salto de Pirapora se impõem, tanto no meio urbano como no meio rural, a partir principalmente do fim da Segunda Guerra Mundial, sendo que a partir de 1960 do século XX, outras empresas vão se instalando com certa diversidade de atividades e exercendo uma forte influência na economia de Salto, como por exemplo, a Indústria Química Hokko do Brasil, além das indústrias de embalagem, de móveis, rações diversas, cerâmica e frigorífico.

Sendo assim, tais períodos a partir de 1960 se configuram como um meio técnico-científico- informacional, que segundo Milton Santos; “é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas” (Santos, 1996, 132). Em Salto o fato preponderante é a indústria calcária que desconfigura alguns locais com erosões, como no Quilombo Cafundó, cujos impactos ao meio ambiente são irreversíveis como demonstrado nas Fotos 01 e 02.



Foto: 01. Área D do Quilombo Cafundó Foto: 02. Áreas D do Quilombo Cafundó

A principal atividade econômica que se espacializa por décadas em Salto, além do eucalipto que é atual, é a extração desenfreada de calcário, encontrado em grandes extensões, inclusive no próprio Quilombo Cafundó. “Existe a especulação de que o minério que há no município de Salto de Pirapora apresenta características que o colocam entre os de melhor qualidade encontrados no país”².

A extração de calcário, em algumas situações, acontece ilegalmente a céu aberto, como demonstram as figuras acima. Esse método de exploração dos recursos naturais “é o mais econômico e usado no município”³. Para que esse método se constitua, são construídas grandes valas no território onde as pesquisas dos técnicos indicarem que o veio de mineral é de melhor qualidade.

Com passar do tempo às valas construídas no território vão ganhando extensão e profundidade, chegando a se tornarem lixo devido à qualidade do material extraído. Na conjuntura da extração são encontrados nas escavações “os lençóis d’água cativo”⁴, o que leva um bombeamento ininterrupto, enquanto o Porto de Areia é utilizado.”⁵ A degradação do solo é evidente no processo de extração do minério, que deixa buracos imensos destruindo toda a biodiversidade que há no território e assoreando os rios, como ocorrido com o rio Sarapuí, que se localiza no município de Salto de Pirapora.

² Notícia fornecida pelo jornal Folha de Salto de Pirapora, dezembro de 1993.

³ Informação coletada no Jornal Folha de Salto de Pirapora, dezembro de 1993.

⁴ Diz-se do aquífero que se encontra entre duas camadas impermeáveis. Mesmo que aquífero artesiano. A importância da água subterrânea é muito grande para os grupos humanos, condicionando certos tipos de habitat. Esse tipo de depósito d’água é o menos visível, e o mais difícil de ser medido, tendo em vista a sua situação interna, isto é, abaixo do solo. Guerra, A. T. e Guerra, A. J. T. Novo Dicionário geológico-geomorfológico. Editora Bertrand Brasil, 2001.

⁵ Informação coletada no Jornal Folha de Salto de Pirapora, dezembro de 1993.

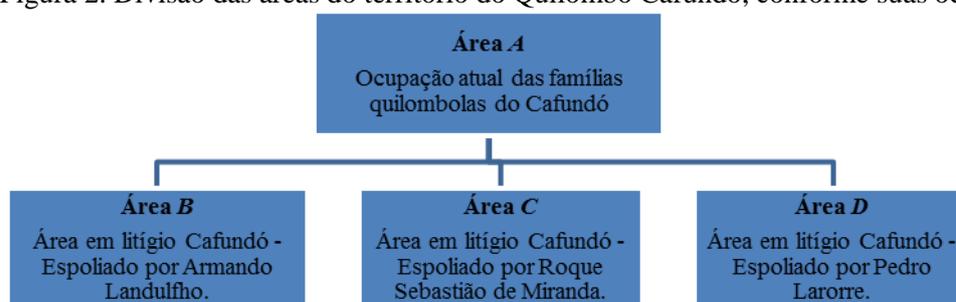
A expansão da monocultura de eucalipto muito bem articulada entre Estado e setor privado, também marca o contexto fundiário do município e a dinâmica territorial do Quilombo Cafundó, como veremos a seguir. A população do município está empregada como funcionário concursado, empregada doméstica, zelador de chácaras ou empregado, mas a maioria da população trabalha no município de Sorocaba ou na empresa Votorantim Cimento no município de Votorantim.

2.3 Dinâmica Territorial do Quilombo Cafundó

Entende-se agora na dinâmica territorial do Cafundó, partindo do século XX e em especial destacamos, a grilagem sistemática, que esteve associado ao processo de espoliação de terras que estava ocorrendo no município de Salto já algumas décadas atrás de 1960.

Nesse sentido, para se ter idéia da complexidade das transformações ocorridas na dinâmica territorial, o território atual ocupado pelos (as) quilombolas do Cafundó é a área A de 09has, mas a área total em litígio é de 210 há, que está dividida em quatro áreas, são elas: a citada A cuja extensão é de 09 ha, a B, 36ha, a C, 35 ha, e a D, 130 ha. Estes atuais 210 hectares correspondem ao que restou da grilagem, muito presente no município de Salto de Pirapora, como em quase toda a extensão do território brasileiro. A divisão atual do território está conforme a Figura 2.

Figura 2. Divisão das áreas do território do Quilombo Cafundó, conforme suas ocupações atuais



Atualmente vivem aproximadamente 45 famílias na área A, que é fruto de um processo marcado pela disputa territorial e pela violência. A espoliação das terras do Cafundó está inserida numa estrutura do não reconhecimento da posse, segundo Marcos⁶, “por nós ser negros e pobres”, tal contexto é reflexo de uma arquitetura histórica nacional de profunda concentração fundiária no poder da elite branca brasileira. “Nesse caso, há várias estratégias, que vão da exploração à supressão ou à tentativa de supressão das diferenças, seja no plano político-econômico, seja no

⁶ (depoimento oral, Marcos – 10/09/2010).

plano sócio-cultural” (RAFFESTIN, 1993, p. 132). Como veremos no desenrolar dessa análise do caso do Cafundó.

Os que eram as maiores concentrações de vegetação das terras do Cafundó estão cobertas de pastagens naturais ou artificiais, atualmente, as áreas *B* e *C* estão ocupadas majoritariamente por pasto e algumas cabeças de gado e, no caso da área *B*, especificamente, existe uma Área de Preservação Permanente – APP. A área *D* atualmente é coberta por eucaliptos e um porto de areia, fenômeno muito comum na paisagem da região de Sorocaba. Diagnostica-se que os eucaliptos e o porto de areia trouxeram, junto com a idéia do desenvolvimento, problemas graves para a biodiversidade existente no território.

A configuração da dinâmica territorial do Cafundó, que é complexa pela sua dinâmica das formas de espoliação e exploração dos recursos naturais, especialmente na área *D*, que segundo um dos quilombolas, é um dos símbolos da resistência do Quilombo;

A área *D* antes era de uma biodiversidade concreta, mas principalmente depois de 2004 a biodiversidade do território foi-se desterritorializando ano a ano e, antes dos eucaliptos e do porto de areia, a área era usada por nós para fazer roças, mas também como reserva natural, donde retiravam lenha e frutas como indaiá, gabiroba, tapicuru e etc., além de utilizarem as nascentes de água (Entrevista com membro da comunidade do Cafundó, em 15/12/2010).

Sendo assim, se analisa que algumas nascentes de água no território estão secando e outras já secaram, segundo Marcos, que é outra figura emblemática da resistência do Cafundó, “o motivo das nascentes secarem e outras em processo de secar, foi os eucaliptos, porque antes de ter os eucaliptos corria água normal nas nascentes” (entrevista, 10/09/2010).

Atualmente, as famílias do Quilombo usam o território para fazer roças esporadicamente e visam apenas à produção para o consumo, ou seja, não entram em nenhum processo de comercialização, portanto não geram rendas que lhes concedam autonomia financeira mínima para fazer a próxima safra. Desta forma, as famílias têm necessitado de algum tipo de auxílio externo, por exemplo: da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP e outras entidades, para o auxílio de compra de sementes e insumos agrícolas, etc.

Porém, quase todas as famílias criam galinhas em suas terras. As áreas *A* e *C* são, na sua totalidade, do tipo arenoso, propício apenas para o plantio de alguns gêneros, tais como mandioca e amendoim, necessitando-se de um alto investimento para fazê-las produzir outros gêneros alimentícios; a área *C* é uma área declinada que passou por um processo de erosão pluvial e de

lixiviação a ponto de ficar com a rocha exposta e sem condições de plantar quaisquer tipos de culturas e no momento está sendo usada para pecuária.

Já as terras das áreas *B* e *D* são formadas, predominantemente, por terras mais férteis – e, portanto, apropriadas para tipos de culturas agrícolas, mas como as áreas *B*, *D* e *C* estão em processo de desapropriação, não estão acessíveis às famílias. É importante relatar que as culturas agrícolas tradicionais na dinâmica do território do Cafundó são arroz, feijão, milho, batata-doce, mandioca, amendoim, cebola e alho.

Em resposta à complexa e exígua atuação do Estado em não resolver a questão das terras e a não desapropriação das áreas até o momento, quase todos os quilombolas do Cafundó migram procurando trabalho como empregados fixos ou diaristas, sendo as principais atividades as de pedreiro, jardineiro, caseiro de chácaras e cortadores de eucaliptos. Alguns, no processo de disputa por terras por conta da maior exposição à mídia e envolvimento em processos judiciais, relatam encontrar grande dificuldade para conseguir trabalhos, fato que eles atribuem a uma espécie de punição por terem “ousado tentar reverter” as espoliações ocorridas nas suas terras.

No contexto da dinâmica do território, houve algumas vendas de lotes sem documentos por ex-quilombolas, embora os quilombolas do Cafundó desaprovem tais vendas. A proposta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - SP é que os lotes de posse fossem regularizados, ficando fora do perímetro do território titulado do Cafundó, tal proposta, porém foi negada pelos quilombolas. Segundo Membro da Comunidade:

Porque poderia trazer consequência como em outras situações ocorridas aqui no Cafundó, por exemplo; a venda de terra a terceiros pelo receio de que futuros compradores possam trazer problemas para nós, tal como o desrespeito aos limites das suas terras, como ocorrido em décadas passadas que houve até mortes (Entrevista com membro da comunidade do Cafundó, em 10/09/2010).

Sendo assim, como se observa é bem conflituosa e disputada no Quilombo, por motivo de uma reforma agrária não concretizada, que só beneficia os grandes latifundiários e as grandes empresas do agronegócio que contaminam rios e degrada o meio ambiente, como já foi frisado no caso do Quilombo Cafundó - e a disputa territorial está vinculada a essa reforma agrária não resolvida.

3 CONCLUSÃO



Nesse contexto, reafirmamos os desafios encontrados durante o exercício de teorizar e contextualizar as especificidades do território. Os pontos levantados na contextualização das dinâmicas do território fazem parte de um processo geográfico, histórico e concreto das formações dos Quilombos no Brasil e na América.

Nesse sentido, as tipologias das intencionalidades especificamente colocadas nesta análise de caso, que é fruto de uma construção dialógica entre a práxis e a construção coletiva junto ao Quilombo pesquisado, nos auxiliou na compreensão de que conhecer a formação territorial do Cafundó foi fundamental para termos uma reflexão coerente das complexidades atuais das “questões agrárias” no século XXI.

As categorias e conceitos que foram colocados na contextualização das especificidades das áreas do território, como Quilombo, território (tradicionalmente ocupado), identidade e conflito, somaram na análise da atualização do debate do que é Quilombo hoje, na espacialização das comunidades tradicionais no Brasil e das novas questões que se somam à questão agrária tradicional.

As disputas no contexto do Quilombo Cafundó são concretas por terra e território, mesmo reconhecidos seus direitos e leis constitucionalmente, a luta continua, os conflitos vão mostrando suas faces, continuar lutando é o símbolo da liberdade, do respeito, da dignidade, da saúde e da educação daqueles que nunca foram respeitados em nada, menos em seus direitos a terra.

Porém, ainda percebendo os diversos caminhos abertos pela pesquisa realizada e a necessidade de análises mais detalhadas em futuras pesquisas, esperamos que possa somar e contribuir com elementos e conteúdos geográficos para um entendimento concreto das “atuais” categorias sociais dos conflitos no campo brasileiro.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.



AZEVEDO, Celia Maria de. **Onda negra e medo branco; o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: ed. Paz e terra, 1987.

ANDRADE, Sílvio Vieira de Andrade Filho. **Um estudo sociolinguístico das comunidades negras do Cafundó, antigo Caxambu e de seus arredores**. Sorocaba (SP), 2000: Prefeitura Municipal.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Terras de negros no vale do ribeira: territorialidade e resistência**. 1995. 212 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARTINS, José de Souza. **O cativoiro da terra**. São Paulo. USP, ed. HCITEC, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VOGT, Carlos. FRY, Peter. **A África no Brasil: Linguagem e sociedade**. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1996.